

SPV: “Há uma carência enorme de conhecimento das pessoas à prática abrangente da reciclagem”

28 de Maio, 2021

Olhar para os resíduos como recursos capazes de transformarem o panorama económico, ambiental e social do país é uma das premissas em discussão no que toca ao futuro dos recursos. Mas “Quais são as implicações?”. Esta questão serviu de ponto de partida para **João Ferreira**, jornalista do Correio da Manhã, dar início ao evento digital “*Como é que os portugueses vêem a reciclagem?*” promovido, esta semana, pela **Sociedade Ponto Verde (SPV)**.



Se o sistema comercial “dificulta ou não” a participação ativa dos consumidores, **Ana Filipa Claro**, diretora de **Serviços de Direito do Consumo**, julga que há aspetos a melhorar: “A economia circular requer um envolvimento e uma concentração de esforço de todos os elementos da cadeia de valor: quem concebe o produto, produz, comercializa e consome consumidor”. Recorrendo aos resultados do estudo “Práticas e Representações sobre Resíduos e Reciclagem”, promovido pela SPV, Ana Filipa Claro destaca como mais valia e uma oportunidade o facto dos consumidores terem identificado que querem mudar a forma como consomem como também a forma como os produtos são comercializados e disponibilizados, quer seja no retalho, quer seja nas superfícies comerciais: “Há aqui um papel importante na informação que é disponibilizada sobre as características das embalagens quando os consumidores as adquirem”, evidência. Desta forma, a diretora de Serviços de Direito do Consumo chamou a atenção para o facto de que, segundo o estudo, ainda são poucos os consumidores que têm essa preocupação no momento da compra: “É um aspeto que deverá ser melhorado”. Por isso, o caminho a percorrer é o da “capacitação”, da “sensibilização” e “informação” aos consumidores, defende.

Outro aspeto que mereceu a atenção da responsável é o facto de existirem consumidores a diferentes velocidades: “Temos grupos etários que estão mais envolvidos nesta transição verde, mas, por outro lado, temos outros grupos que precisam de um olhar mais atento e de maior proximidade”. Aqui, Ana Filipa Claro acredita que as Juntas de Freguesia podem ter um papel muito relevante, essencialmente, a “sensibilizar” este grupo de consumidores a mudarem comportamentos. Também, a questão da acessibilidade dos produtos sustentáveis e a participação dos consumidores, leva a responsável a sublinhar a necessidade de se ter em conta os custos, podendo constituir um “obstáculo” ou um “desincentivo” à participação: “É preciso ter presente que queremos mudar para uma economia circular e queremos que todos participem sem deixar ninguém para trás”. Para tal, é fundamental ter “políticas públicas” a nível nacional e europeu que tenham esta “sensibilidade”, que “promovam” e que “capacitem” estes consumidores para uma participação ativa e consciente, defende

[blockquote style="2"]A SPV tem ativamente um estratégia de inovação ... mas sem a colaboração, os projetos de inovação fazem pouco sentido[/blockquote]

Apesar dos portugueses estarem cada vez mais participativos na atividade da reciclagem, **Ana Isabel Trigo Morais**, CEO da SPV, constata que a altura não é de “baixar os braços”, sendo fundamental “olhar para a maior ameaça” que o mundo enfrenta (“alterações climáticas”) e a urgência de se mudar comportamentos: “Precisamos de um melhor serviço ao cidadão: um serviço de proximidade”. Mas, juntamente com este “serviço de proximidade”, a CEO da SPV destaca a importância de “serem esclarecidas algumas dúvidas” sobre a reciclagem de materiais: “As pessoas precisam de saber o que é que acontece depois do ecoponto”. Por isso, a responsabilidade de quem gere os resíduos deve ultrapassar a “gíria” associada à “recuperação” e “transformação de materiais”, convidando as pessoas para aumentar prática de separação e encaminhamento de resíduos para reciclagem: “Temos de ir mais junto das pessoas, explicar o porquê de estarem a fazer bem ao planeta e a contribuir com a sua atitude para o processo da reciclagem”. No curto-prazo, “mostrar melhor quanto custa gerir os resíduos” em Portugal é fundamental: “Quanto se paga para termos cidades limpas”, exemplifica.

Embora os hábitos de reciclagem, em Portugal, estejam bem “enraizados” no comportamento dos cidadãos, com 95% das embalagens de vários tipos a conhecer a reciclagem, o mesmo não acontece com as pilhas ou medicamentos, por exemplo, com 45% e 30%, respetivamente. Esta discrepância leva a CEO da SPV a alertar para a “carência enorme de conhecimento” das pessoas, relativamente à prática abrangente da reciclagem além das embalagens: “Se já fizemos um caminho e se já há noção da prática da reciclagem, temos ainda que evoluir mais”. E, se o objetivo é atingir as metas de diminuição do impacto ambiental do consumo e da atividade, Ana Isabel Trigo Morais é perentória: “Não podemos passar a vida a olhar só para as embalagens”. No desafio de “convocar” o cidadão para a causa da reciclagem com hábitos, práticas e atitudes efetivas, é essencial criar uma infraestrutura de serviço: “Quando oferecemos conveniência, o cidadão participa ativamente e, se puder ser recompensado, vemos que isso contribui decisivamente para aumentar o nosso desempenho e, assim, promover a economia circular”, destaca.

Enquanto “missão” e “obrigação”, a CEO da SPV defende a necessidade de uma cadeia de valor com “práticas colaborativas” e com “capacidade” de partilhar e dialogar entre todos.

Num momento de “viragem” em que a inovação está a ser introduzida, a responsável considera que a mesma precisa de ser incentivada para que se possa introduzir as melhorias: “A SPV tem ativamente uma estratégia de inovação que incide em vários aspetos da cadeia de valor e da atividade (...), mas, sem a colaboração, os projetos de inovação fazem pouco sentido”. O que faz sentido é “financiar projetos” para estimular a inovação, em parceria com os parceiros da cadeia de valor: “Na educação temos que trabalhar com o consumidor; na inovação e na gestão operacional com os *stakeholders*; na legislação e na definição de um quadro regulatório com as autoridades”, sucinta.

[blockquote style="2"]Temos que ter mais coordenação, mais diálogo eficaz e

efetivo e menos litigância e discórdia

À questão sobre como deve ser melhorada a gestão dos resíduos urbanos, também **Emídio Pinheiro**, presidente do conselho de Administração da Environment Global Facilities (EGF), recorre aos resultados do estudo para reforçar que a “proximidade” e a “conveniência” são os “critérios mais importantes” para adesão dos cidadãos à reciclagem e à recolha seletiva, mas que tem de ser complementado com mais ingredientes, que estão todos ligados à “informação” e à “educação ambiental”. E esse é um “papel indissociável” de todos os participantes que têm um contacto mais direto com os cidadãos, como é o caso da EGF: “Nós desenvolvemos atividades diretamente com os cidadãos, nomeadamente com as escolas, onde promovemos campanhas e ações de sensibilização”. Os próximos anos devem ser, por isso, investidos em mais “conveniência” e “proximidade”, através de programas de recolha porta-a-porta: “Sinto que ao nível da gestão dos intervenientes, neste processo, que são múltiplos e, por vezes, com interesses contraditórios, temos que ter mais coordenação, mais diálogo eficaz e efetivo e, menos litigância e discórdia”.

Momento certo para conseguirmos passar de um ciclo vicioso para um ciclo virtuoso

Um dos resultados do inquérito é que os resíduos urbanos são uma “preocupação maior dos portugueses” à escala nacional e à escala local. **Luísa Schmidt**, coordenadora do estudo e investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, olha para a “mudança rápida” da SPV nos últimos anos para dizer que passou de uma “sociedade ruralista” para uma “sociedade de consumo”, sendo que “trouxe e continua a ideia” de que tudo é possível aproveitar. Nestes anos de mudança, Portugal viveu duas crises graves: “Com ambas, percebeu-se a relevância do que é o desperdício. Um outro inquérito mostra, precisamente, que as pessoas estão mais sensíveis em relação ao desperdícios”. Em simultâneo, o efeito da educação ambiental praticada há anos nas escolas contribui favoravelmente para a preocupação cada vez maior dos portugueses. No entanto, não é suficiente para se perceber o valor e a importância da economia circular: “É preciso investir mais na literacia, ter um melhor registo de comunicação a vários níveis, com programas informativos que ajudem as pessoas a perceberem o valor do circuito dos resíduos e o valor da economia circular e para não se criar desconfiança”, atenta. Para tal, Luísa Schmidt defende a criação de uma figura capaz de ajudar os consumidores, como “mediadores que expliquem sobre estas matérias”.

Também, a questão do ordenamento do território é fundamental: “Nos bairros mais organizados e limpos, as pessoas tendem a aderir mais à separação”. E, apesar da pandemia ter causado uma maior atenção por parte das pessoas às questões ambientais, trouxe ainda uma importância acrescida ao espaço urbano em geral e, inclusive, aos bairros: “Este é momento certo para conseguirmos passar de um ciclo vicioso para um ciclo virtuoso ao nível dos resíduos e limpeza pública”.

Quando o tema é sustentabilidade, todos são chamados à causa e, isso, implica um “trabalho conjunto” entre empresas, Estado, faculdades ou autarquias: “É preciso muito mais trabalho de comunicação ativa de continuidade, clareza e mediação qualificada”, reitera.

[blockquote style="2"]Acomodamo-nos a colocar os resíduos em aterro[/blockquote]

Voltando ao passado, Nuno Lacasta, presidente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) reconhece que a recolha seletiva e a reciclagem implementada há 25 anos é algo que está internalizado no hábito do consumidor: “É um ganho civilizacional”. Porém, nesta última década o mesmo não aconteceu: “Temos estagnado”. E os números dizem isso mesmo: “Se olharmos para as metas que estão subjacentes a isto, vemos uma acomodação a um contexto regulatório e de gestão que, depois desta primeira geração de fechar lixeira e abrir aterros, não conseguimos imprimir eficácia”. E a causa disso é, precisamente, não se conseguir informar os cidadãos do resultado das operações do tratamento: “Vão demasiados materiais indiferenciados para aterro e esta prática tem que mudar”. Basicamente, “acomodamo-nos”, afirma, frisando que se ignora o potencial de valorização e reciclagem” do materiais, alerta. Algo que é preciso internalizar na cabeça dos portugueses é que um “resíduo é uma matéria-prima fora de sítio”, defende.

Olhando ao presente e futuro, Nuno Lacasta está esperançoso com o “momento de viragem” que se assiste: Os cidadãos exigem dos decisores e gestores muito mais e a temática do plástico de uso único são menos toleradas”. Depois, há uma “nova geração de políticas” que obrigam a ser mais exigentes nas metas, sendo que, para isso, “temos que ser mais racionais”, precisa. É precisamente nos hábitos antigos que o foco deve estar: “Temos que separar os resíduos orgânicos dos resíduos que têm potencial de serem retomados a uso”. Também o “design” é essencial: “É inadmissível que os produtos modernos sejam desenhados para ter um fim de vida muito inferior àquilo que deveria ser o caso”, afinca.

Nos desafios que o setor ainda tem que enfrentar, o presidente da APA defende a importância de se “redesenhar” para não existir “embalagens sobre embalagens”. Na gestão dos resíduos, a aposta deve estar na separação e na recolha porta-a-porta: “Portugal tem uma taxa de experiências muito inferior à média dos países com os quais nos devíamos comparar”. E aqui, atenta há muito a fazer: “Não vamos abandonar os ecopontos: é um complemento aos ecopontos e a recolha porta-a-porta tem que ser mais trabalhada”.

Nuno Lacasta quis aproveitar o momento para agradecer à elaboração do estudo “Práticas e Representações sobre Resíduos e Reciclagem”, da SPV: “ É importante saber como os portugueses vêem a gestão dos resíduos para tomar decisões acertadas de gestão”.